



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Para operadores do Direito

WWW.HJUR.COM.BR

Introdução

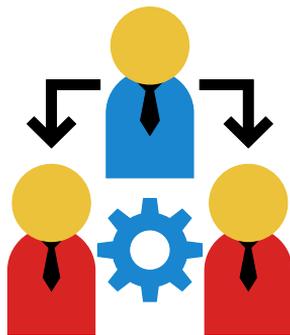
A inteligência artificial (IA) já não é mais uma promessa distante: ela está presente, operante e profundamente integrada em diversas áreas do conhecimento humano. No setor jurídico, a adoção de ferramentas baseadas em IA tem transformado rotinas, acelerado processos e possibilitado uma nova abordagem na resolução de tarefas repetitivas e analíticas. A advocacia, historicamente marcada por seu apego à tradição e à letra fria da lei, encontra-se diante de uma encruzilhada: adotar a inovação ou permanecer à margem da nova ordem digital.

O presente e-book tem como objetivo orientar operadores do direito — advogados, juízes, promotores e estudantes — sobre o uso consciente, técnico e seguro da inteligência artificial nos escritórios de advocacia. Ao longo das páginas, serão apresentados os benefícios práticos, os riscos envolvidos, orientações de uso, bem como prompts e configurações que otimizam o aproveitamento das tecnologias baseadas em IA no contexto jurídico brasileiro.



Capítulo 1:

O que é Inteligência Artificial



A inteligência artificial é um campo da ciência da computação dedicado à criação de sistemas capazes de simular a inteligência humana. Esses sistemas são treinados para aprender, interpretar dados, tomar decisões e resolver problemas com base em padrões, históricos e contextos. Na prática, isso significa que softwares dotados de IA podem redigir textos, revisar documentos, identificar tendências jurisprudenciais e até prever decisões judiciais com base em precedentes.

A IA opera a partir de modelos treinados com grandes volumes de dados. No caso da advocacia, isso se traduz em dados jurídicos: decisões de tribunais, petições, contratos, pareceres, entre outros. Com o aprendizado de máquina (machine learning), as ferramentas se tornam cada vez mais refinadas em suas entregas, sendo capazes de produzir análises jurídicas complexas e realizar tarefas que, até então, exigiam muitas horas de trabalho humano.

Aplicações práticas no universo jurídico



Nos escritórios de advocacia, a IA pode ser uma aliada estratégica em múltiplas frentes:

Análise de contratos: identificação de cláusulas críticas, sugestões de alteração e detecção de inconsistências.

Pesquisa jurisprudencial: economia de tempo com busca automatizada por decisões similares.

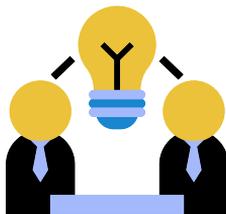
Redação de peças: apoio na elaboração de petições iniciais, contestações, recursos e memoriais.

Organização de documentos: classificação automática de arquivos e agrupamento por temas, datas ou partes envolvidas.

Previsão de desfechos: uso de algoritmos para sugerir probabilidades de êxito em determinadas teses ou estratégias.

Em grandes bancas, a IA tem reduzido significativamente o tempo gasto com tarefas operacionais, permitindo que os advogados dediquem mais tempo à análise estratégica dos casos e ao atendimento qualificado aos clientes. Em escritórios menores, representa um ganho de escala e competitividade.

IA como ferramenta e não substituição



É essencial frisar que a IA não veio para substituir advogados, mas para potencializá-los.

Ferramentas como o ChatGPT, por exemplo, são assistentes de texto baseados em linguagem natural que podem auxiliar na redação de documentos e na compreensão de temas complexos. Contudo, é o profissional do direito quem dá o direcionamento, filtra as informações, confere a veracidade e toma decisões baseadas em critérios jurídicos e éticos.

A inteligência artificial é, portanto, uma extensão da capacidade humana. Quando bem utilizada, ela amplia horizontes, acelera processos e qualifica entregas. Mas, como veremos no próximo capítulo, sua aplicação sem critérios ou sem preparo técnico pode trazer sérios riscos à reputação e à prática profissional.

Capítulo 2:

Os Riscos do Uso Irresponsável da IA no Direito



O uso indiscriminado da inteligência artificial no meio jurídico tem gerado situações preocupantes e, em alguns casos, constrangedoras. Embora as ferramentas digitais sejam potentes aliadas da advocacia, é imprescindível compreender seus limites técnicos, éticos e legais. A falta de critérios no manuseio dessas tecnologias pode comprometer a qualidade do trabalho jurídico, induzir ao erro e até gerar sanções disciplinares aos profissionais envolvidos.

Um caso emblemático foi registrado em 2023, quando um advogado norte-americano apresentou ao tribunal uma petição elaborada com auxílio de IA contendo jurisprudências inexistentes. O juiz, ao constatar que as citações eram fictícias, repreendeu o profissional em decisão publicada, levantando um importante alerta sobre o uso sem supervisão de plataformas baseadas em linguagem natural. O incidente ganhou destaque na imprensa e serviu de lição para a comunidade jurídica mundial: inteligência artificial não é sinônimo de verdade ou precisão.

O que a IA pode... ...e o que não pode fazer



As ferramentas de IA são treinadas com base em grandes volumes de dados, mas não têm acesso em tempo real a bancos jurídicos oficiais, nem conferem a validade jurídica de seus conteúdos. Elas não substituem bancos como JusBrasil, LexML, ou os sites dos tribunais de justiça. Por isso, confiar cegamente nas respostas geradas por esses sistemas pode levar à adoção de argumentos jurídicos frágeis ou mesmo incorretos.

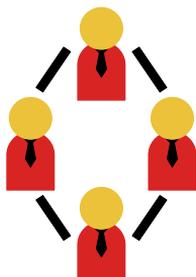
Funções que a IA pode executar com segurança:

- Redigir textos com base em informações fornecidas pelo usuário.
- Ajudar na estruturação de argumentos, considerando parâmetros legais gerais.
- Resumir decisões ou petições previamente verificadas.
- Sugerir palavras-chave e otimizar linguagem técnica em documentos jurídicos.
-

Funções que exigem extremo cuidado ou não são recomendadas:

- Geração de jurisprudência sem verificação: a IA pode inventar decisões, nomes de juízes e trechos que parecem reais, mas não existem.
- Consulta a leis atualizadas: como os modelos não têm acesso contínuo ao conteúdo legal vigente, podem apresentar normas revogadas ou desatualizadas.
- Assessoramento jurídico autônomo: nenhuma IA substitui o juízo humano, a ética e a responsabilidade técnica exigida da profissão.

Responsabilidade profissional e limites éticos



A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ainda está em processo de regulamentação do uso da inteligência artificial na prática forense. No entanto, princípios já consagrados no Código de Ética e Disciplina continuam plenamente válidos: o advogado é responsável por todos os atos praticados em seu nome e deve zelar pela veracidade das informações apresentadas ao juízo.

Utilizar IA de forma irresponsável pode ser enquadrado como conduta temerária, passível de punições ético-disciplinares. Da mesma forma, o uso de ferramentas digitais para elaborar documentos sem o devido cuidado configura uma violação ao dever de diligência e competência técnica.

Recomendações essenciais:

- Sempre revisar o conteúdo gerado por IA antes de protocolar qualquer peça.
- Evitar copiar trechos sem checar suas fontes.
- Utilizar IA como apoio à reflexão, não como substituto da análise crítica.

No próximo capítulo, você entenderá como construir prompts eficientes e seguros para se comunicar com a inteligência artificial — o primeiro passo para uma relação produtiva e responsável com essas ferramentas.

Capítulo 3:

O que é um Prompt e Como Elaborá-lo Corretamente

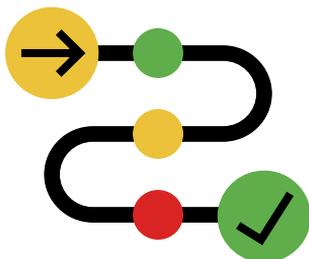


Com a popularização da inteligência artificial generativa, o termo “**prompt**” passou a ser amplamente utilizado — especialmente entre profissionais que buscam integrar IA às suas rotinas de trabalho.

No contexto jurídico, dominar a elaboração de prompts é fundamental para extrair respostas coerentes, relevantes e juridicamente seguras. Um prompt bem construído representa a linha direta entre o operador do direito e o potencial da IA. Prompt, em sua definição mais simples, é o comando, pergunta ou solicitação que você faz à inteligência artificial para obter uma resposta.

Quanto mais claro, completo e objetivo for esse comando, melhor será o resultado entregue. Um prompt eficiente considera o contexto jurídico, o objetivo desejado e as limitações da ferramenta.

Boas práticas para criar prompts jurídicos eficazes



Ao formular prompts voltados à advocacia, é recomendável seguir uma estrutura lógica que contemple:

- Contextualização clara: explique brevemente a situação legal ou o tipo de documento com o qual está lidando.
- Objetivo do comando: especifique se deseja um resumo, uma redação de cláusula, uma tradução, uma análise crítica, etc.
- Linguagem técnica: utilize termos jurídicos corretos para garantir precisão nas respostas.
- Fontes ou anexos de apoio: se necessário, indique documentos, trechos de lei ou jurisprudência a serem considerados.

Exemplo de prompt jurídico bem formulado:

“Leia o contrato anexo e identifique possíveis cláusulas abusivas com base no Código de Defesa do Consumidor. Destaque os trechos problemáticos e fundamente a análise.”

Como enviar arquivos e estruturar uma base local de conhecimento



Uma das maiores vantagens dos assistentes personalizados é a possibilidade de alimentar suas respostas com materiais próprios do escritório. Esses documentos compõem a base local de conhecimento — um acervo exclusivo, privado e seguro que serve de referência para as respostas da IA.

Etapas para configuração de um assistente jurídico com base local:

- Escolher a plataforma com suporte a assistentes com memória e base de arquivos (como ChatGPT Pro ou outras ferramentas confiáveis).
- Criar o assistente com um perfil descritivo (ex.: "Advogado Cível Especializado em Contratos").
- Carregar os documentos essenciais:
- Contratos-padrão
- Petições-modelo
- Jurisprudências relevantes
- Códigos, manuais internos ou pareceres
- Organizar por tipo e tema: é recomendável nomear e agrupar arquivos conforme o tipo de processo ou área do direito.
- Testar com prompts reais para validar a qualidade das respostas geradas.

As plataformas geralmente aceitam dezenas ou centenas de documentos, dependendo da capacidade de armazenamento. Em média, arquivos em PDF, DOC ou TXT podem ser enviados sem grandes restrições, desde que estejam organizados e legíveis.

No próximo capítulo, você verá como redigir o prompt ideal para pesquisas de jurisprudência e como essa prática pode revolucionar a forma de encontrar precedentes de maneira rápida, segura e eficiente.



Capítulo 4:

Prompt para Pesquisa de Jurisprudência



A pesquisa jurisprudencial é uma das atividades mais recorrentes no cotidiano jurídico. Seja para embasar petições, identificar precedentes ou orientar a construção de teses, encontrar decisões alinhadas à demanda do cliente é tarefa essencial — e muitas vezes demorada. Nesse cenário, a inteligência artificial surge como uma ferramenta poderosa para agilizar e qualificar esse processo, desde que bem direcionada.

Diferente dos buscadores tradicionais dos tribunais, as plataformas de IA generativa não operam com base em bancos jurídicos atualizados em tempo real. No entanto, quando combinadas com uma base local de decisões (decisões previamente salvas pelo escritório ou baixadas dos sites dos tribunais), elas são capazes de interpretar, classificar e sintetizar grandes volumes de jurisprudência com precisão impressionante.

Como redigir um prompt para pesquisa jurisprudencial



O segredo para obter respostas úteis está em fornecer à IA todas as informações contextuais necessárias: qual é o tema, qual o tribunal de interesse, qual a tese jurídica em análise, quais os marcos temporais, entre outros elementos.

Modelo de prompt eficaz para pesquisa de jurisprudência:

“Considere os arquivos anexos contendo decisões do TJSP entre 2018 e 2023 sobre responsabilidade civil por falha em prestação de serviço bancário. Elabore um resumo com os principais argumentos acolhidos pelos desembargadores, indicando se há tendência favorável ou desfavorável à indenização por danos morais.”

Elementos-chave do prompt:

- Indicação de tribunal e período.
- Tema jurídico central.
- Finalidade da pesquisa (resumo, tendência, posição dominante).
- Referência aos arquivos anexados.

Como a IA pode ajudar na interpretação das jurisprudências



Mesmo quando a jurisprudência é tecnicamente acessível, interpretar o conteúdo de múltiplas decisões exige tempo e atenção. A IA pode, nesse contexto, realizar tarefas como:

- Identificação de trechos relevantes em acórdãos.
- Classificação por voto favorável ou contrário.
- Extração de fundamentos repetidos entre decisões.
- Detecção de divergências entre diferentes câmaras ou turmas.

Essas funcionalidades são especialmente úteis em demandas de volume — como ações repetitivas contra planos de saúde, bancos ou concessionárias — em que a jurisprudência atua como verdadeiro guia processual.

Cuidados e limitações



Embora extremamente útil, a IA não deve ser usada como única fonte de pesquisa jurisprudencial. Os dados gerados devem ser sempre:

- Conferidos em sites oficiais, como os tribunais estaduais e superiores.
- Atualizados regularmente, para evitar a aplicação de precedentes revogados ou superados.
- Compreendidos criticamente, pois a IA pode interpretar um acórdão fora de contexto se o prompt for mal formulado.

No próximo capítulo, veremos como aplicar a IA para tradução de documentos jurídicos, com orientações práticas sobre precisão técnica, fidelidade terminológica e elaboração de prompts adequados para essa tarefa.

Capítulo 5:

Prompt para Tradução de Documentos Jurídicos



A tradução jurídica é uma atividade que exige mais do que domínio de idiomas — ela demanda conhecimento técnico, precisão terminológica e fidelidade ao contexto legal.

Escritórios que atuam com clientes estrangeiros, processos internacionais ou contratos bilíngues frequentemente enfrentam desafios para manter a exatidão linguística sem comprometer o significado jurídico dos termos.

Nesse cenário, o uso de inteligência artificial pode representar um avanço significativo, desde que conduzido com cautela.

Ferramentas como ChatGPT, DeepL ou outros sistemas de IA treinados para tradução oferecem resultados de alta qualidade quando bem instruídos. O segredo está em preparar prompts que explicitem o tipo de documento, o idioma de origem e destino, e o cuidado com expressões técnicas do direito.

Como elaborar um prompt para tradução jurídica precisa



Traduzir uma petição ou contrato exige mais do que uma simples transposição de palavras — envolve adaptação jurídica, padronização terminológica e sensibilidade cultural. Um prompt adequado deve refletir isso.

Exemplo de prompt eficiente:

“Traduza o contrato anexo do português para o inglês jurídico formal, mantendo os termos técnicos específicos do direito contratual. Não traduza nomes próprios nem expressões já consagradas como jurisprudência ou foro competente. Mantenha o formato original e destaque possíveis ambiguidades.”

Elementos importantes desse prompt:

- Especificação do idioma de destino.
- Indicação do tipo de linguagem jurídica esperada (formal, contratual, etc.).
- Instruções sobre o que deve ou não ser traduzido.
- Pedido de manutenção da estrutura do documento.

Principais aplicações no dia a dia jurídico



A IA pode ser usada para traduzir diversos tipos de documentos jurídicos com finalidades distintas:

- Contratos internacionais: traduzidos de forma espelhada para partes de diferentes nacionalidades.
- Procurações e certidões: exigidas por consulados, câmaras de arbitragem ou órgãos internacionais.
- Pareceres e laudos periciais: enviados a tribunais estrangeiros ou organismos multilaterais.
- E-mails, petições e comunicações: com clientes, colegas ou entidades internacionais.

Cuidados com a tradução automática

Mesmo com traduções bem estruturadas, a supervisão humana continua sendo indispensável. A IA pode cometer erros críticos ao interpretar falsos cognatos ou expressões ambíguas, especialmente quando não informada do contexto legal.

Erros comuns que devem ser evitados:

- Tradução literal de termos jurídicos específicos (ex: "ação cautelar" traduzida como cautionary action, em vez de preliminary injunction).
- Ignorar diferenças entre sistemas legais (ex: civil law vs. common law).
- Alterar o significado de cláusulas contratuais por falta de correspondência cultural.

No próximo capítulo, trataremos de um recurso igualmente estratégico: o uso da IA para resumir ou sintetizar documentos jurídicos complexos, como processos, petições ou acórdãos.

Capítulo 6:

Prompt para Sumarização ou Resumo de Documentos Jurídicos



A rotina jurídica está repleta de textos densos, longos e tecnicamente complexos. Petições com dezenas de páginas, processos volumosos, pareceres técnicos e decisões colegiadas podem consumir horas de leitura e análise. Em um cenário cada vez mais dinâmico, ser capaz de compreender rapidamente o conteúdo essencial de um documento tornou-se uma competência estratégica — e é aí que a inteligência artificial se destaca.

A IA pode atuar como assistente de leitura, sintetizando grandes volumes de informação jurídica de forma objetiva e contextualizada. Com os prompts certos, é possível obter resumos que destacam os pontos centrais do documento, os argumentos-chave e até as conclusões jurídicas envolvidas.

Como formular prompts para resumo de documentos jurídicos



A clareza na solicitação é essencial para que a IA compreenda o que deve ser resumido e com qual foco. Isso é especialmente importante no direito, onde um termo mal interpretado pode alterar todo o entendimento de um caso.

Exemplo de prompt jurídico para sumarização:

“Leia a petição anexa e produza um resumo com os seguintes tópicos: partes envolvidas, causa de pedir, pedidos formulados e principais argumentos jurídicos. Use linguagem técnica e objetiva, adequada para apresentação a um advogado sênior.”

Prompt alternativo com foco gerencial:

“Resuma o processo anexo destacando os riscos jurídicos potenciais, os valores envolvidos e os principais fundamentos legais. Seja direto e use no máximo 15 linhas.”

Aplicações práticas da sumarização com IA



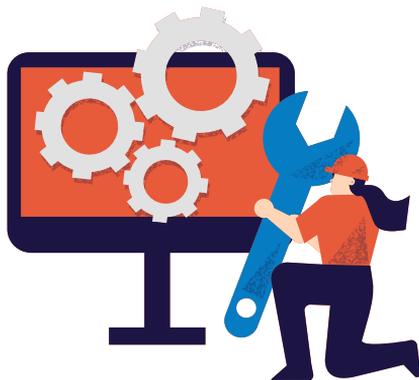
A inteligência artificial pode ser usada para resumir com qualidade diversos tipos de documentos no meio jurídico:

- Processos judiciais: extração das informações centrais em ações de grande volume.
- Petições e defesas: identificação dos fundamentos, teses jurídicas e pedidos.
- Decisões judiciais: resumo de acórdãos ou sentenças, com destaque para o voto condutor.
- Relatórios e pareceres: condensação das análises técnicas e conclusões.
- Contratos: extração das cláusulas principais, obrigações das partes e prazos.

Benefícios da sumarização com IA

- Agilidade: documentos extensos podem ser lidos e resumidos em minutos.
- Foco: os pontos centrais são destacados, facilitando a tomada de decisão.
- Produtividade: liberação de tempo para análise jurídica mais aprofundada.
- Acessibilidade: possibilidade de criar versões simplificadas para clientes ou leigos.

Atenção aos limites da ferramenta



A IA não substitui a leitura crítica de documentos jurídicos. Ela deve ser usada como apoio à compreensão inicial ou à preparação de reuniões, audiências e peças. O resumo gerado deve sempre ser revisado por um profissional do direito.

Dicas de uso seguro:

- Combine o uso de IA com leitura humana.
- Teste diferentes versões de prompt conforme o tipo de documento.
- Use linguagem técnica no comando, evitando instruções vagas como “resuma isso”.

No próximo capítulo, finalizaremos com orientações práticas para montar um apêndice com modelos prontos de prompts — uma biblioteca personalizada de comandos para uso diário no seu escritório.

Capítulo 7:

Conclusão



O futuro da advocacia passa pela inteligência artificial — com responsabilidade

A inteligência artificial está mudando a forma como o mundo jurídico opera. A automatização de tarefas, a agilidade na análise de documentos e a facilidade na geração de textos tornaram-se um diferencial competitivo nos escritórios que souberam abraçar a tecnologia com consciência. Contudo, é fundamental reforçar que a IA não substitui o advogado.

Ela é um recurso auxiliar, que depende da inteligência humana para ser utilizada de forma ética, legal e estratégica.

O advogado continua sendo o único responsável por validar informações, assinar peças, interpretar leis e representar interesses com técnica e prudência.

A incorporação responsável da IA à prática jurídica exige capacitação contínua, testes constantes e o desenvolvimento de uma cultura digital crítica dentro dos escritórios.

A ferramenta é poderosa — mas seu impacto dependerá da forma como é usada.

Apêndice: Modelos de Prompts Prontos para Uso no Escritório de Advocacia



A partir daqui você vai encontrar modelos prontos de prompts adaptáveis ao seu dia a dia. Você pode copiá-los, ajustar conforme o caso e utilizar com plataformas como ChatGPT, Claude, Gemini ou assistentes jurídicos personalizados.

Pesquisa de Jurisprudência

“Com base nos acórdãos anexos do TJMG, TJSP e STJ, identifique precedentes sobre responsabilidade civil por erro médico em instituições públicas. Destaque os fundamentos jurídicos e a posição prevalente nos tribunais.”

Tradução de Documentos Jurídicos

“Traduza o contrato anexo do português para o inglês jurídico formal, mantendo a estrutura original e os termos técnicos do direito contratual. Não traduza nomes próprios ou expressões já consagradas como foro competente ou cláusula penal.”

Resumo de Petições ou Processos

“Resuma a petição anexa destacando: partes envolvidas, argumentos jurídicos principais, causa de pedir e pedidos formulados. Use linguagem técnica, com no máximo 20 linhas.”

Revisão Técnica de Texto Jurídico

“Revise a petição abaixo com foco na correção gramatical, coesão argumentativa e clareza jurídica. Mantenha a linguagem técnica e respeite o estilo profissional do escritório.”

Análise de Contrato

“Leia o contrato anexo e aponte cláusulas abusivas com base no Código de Defesa do Consumidor. Sugira alterações para equilíbrio entre as partes e destaque eventuais omissões relevantes.”

Elaboração de Relatório Jurídico

“Elabore um relatório executivo com base no parecer técnico anexo, direcionado à diretoria da empresa. Resuma os riscos jurídicos, os pontos controversos e proponha recomendações práticas.”

Organização de Jurisprudência

“Classifique as decisões anexas por: tema, tribunal, resultado (favorável/desfavorável) e câmara julgadora. Elabore uma tabela de tendências jurisprudenciais com resumos curtos de cada decisão.”

Checklist Ético para Uso da IA

“Liste boas práticas jurídicas para o uso seguro de IA em petições e contratos, com base no Código de Ética da OAB e nos princípios da responsabilidade profissional.”

Este e-book é um convite do Hjur à transformação consciente. Use-o como manual, ferramenta de apoio e inspiração para redesenhar a forma como sua equipe jurídica trabalha, decide e inova.

Nós acreditamos que a tecnologia veio para ajudar a tornar o trabalho menos exaustivo e mais produtivo, oferecendo aos profissionais do Direito ferramentas para que eles possam usar seu conhecimento e expertise para melhor servir à comunidade jurídica e ao público em geral.